

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

Consolidadas em IFRS

em 31 de dezembro 2016

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de Dezembro de 2016

• Relatório da Administração.....	03
• Balanços Patrimoniais Consolidados em IFRS.....	07
• Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Consolidados.....	09
• Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados.....	10
• Demonstrações do Valor Adicionado do Exercício.....	11
• Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidadas.....	12
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	13
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	14
• Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	70

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEZEMBRO DE 2016

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (Banco Industrial) submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico

No ambiente internacional, o desenrolar de temas políticos deve continuar imperativo à definição dos preços de mercado. Nos EUA, há muitas dúvidas sobre o impacto das mudanças em políticas públicas trazidas pela administração Trump. O discurso conhecido até agora é compatível com aumento do protecionismo, expansão dos gastos com infraestrutura, revisão tributária e desregulamentação em setores chave, inclusive do mercado financeiro. No cenário mais otimista, esse conjunto de medidas seria capaz de impulsionar a produtividade da economia, aumentando o crescimento potencial. Por outro lado, o risco de consequências adversas como aumento exagerado da inflação e de guerras comerciais deve permanecer elevado.

No Brasil, permanecem os diversos fatores restritivos para a recuperação da atividade econômica, como os elevados juros reais, o enfraquecimento do mercado de trabalho, o esgotamento do canal de crédito, o alto nível de ociosidade da indústria, a falta de espaço fiscal e o ambiente internacional mais incerto. Como o crescimento econômico deve permanecer limitado, a definição do cenário dependerá primordialmente do trâmite das reformas estruturais, que são essenciais para a solvência do país. Essa definição deverá ficar mais clara até meados do ano, dado que a partir desse ponto as discussões devem se voltar às eleições presidenciais de 2018.

Tendo em vista os desafios do setor produtivo, a Administração do Banco Industrial espera um 2017 defensivo, com foco na manutenção dos altos índices de liquidez e do perfil conservador na concessão de crédito.

Perfil de Atuação

O Banco Industrial do Brasil atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo.

A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir funding competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é

gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do exercício representava 73,7% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 16,0%.

Desempenho

O Banco Industrial registrou lucro líquido de R\$ 45,6 milhões no exercício de 2016, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 9,04% no período. O patrimônio líquido, no encerramento do exercício, atingiu o saldo de R\$ 504,3 milhões.

Crédito

A carteira de crédito do Banco, incluindo garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 2.259,7 milhões, representando crescimento de 20,8% quando comparado com o mesmo período do ano passado. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,6% da carteira ao final do exercício, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias.

O segmento de *middle market* representou 89% da carteira total, com um volume de R\$ 2.010,3 milhões, incluídas as operações de compra de ativos e as garantias prestadas a terceiros, conforme notas explicativas nº 12 e 31, respectivamente. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, totalizou R\$ 249,3 milhões, fruto da decisão de conter o nível de crescimento nesse segmento, definido pela Administração do Banco.

O Banco Industrial prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações

As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 2.291,5 milhões no final do exercício, representando crescimento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo, interfinanceiros e letras financeiras. Tais carteiras atingiram, no encerramento do exercício, o saldo de R\$ 1.650,3 milhões, representando crescimento de 16,3% em relação ao mesmo período de 2015.

Governança Corporativa

Administração: o Banco Industrial é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bancoindustrial.com.br). A composição do Conselho e da Diretoria permanece a mesma. A posse dos Diretores do Banco Industrial é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do Banco Industrial, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o Banco Industrial assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bancoindustrial.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e Compliance adotado pelo Banco Industrial é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de

permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o Banco Industrial conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da instituição, através de seus Agentes Setoriais de Compliance, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O Banco Industrial monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de Compliance e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o Banco Industrial adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no Banco Industrial constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto que a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo Banco Industrial em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o Banco Industrial disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bancoindustrial.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de rating. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do Banco Industrial acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da

metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes.

O Banco Industrial também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

Recursos Humanos

O Banco Industrial encerrou o exercício com 263 colaboradores, incluindo 5 menores aprendizes e 26 terceirizados atuando nas áreas operacionais.

Ratings

Seguem os ratings obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

- Moody's:Ba2 (Global) / Aa3* (Nacional) / Perspectiva Negativa
- Fitch Ratings:BB (Global) / AA-* (Nacional) / Perspectiva Negativa (Global) e Estável (Nacional)
- RiskBank:Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure*: Excelente

* Conforme reclassificação dos ratings em escala nacional do setor bancário, publicada em 11/05/2016 (Moody's) e 19/05/2016 (Fitch).

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Instrução CVM 381, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	4	7.636	10.697
ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO		512.598	658.028
Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras	5	512.598	658.028
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		37.908	36.053
Instrumentos de dívida	6	37.908	36.053
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		2.057.128	1.658.622
Empréstimos e recebíveis de clientes	8	2.067.466	1.685.215
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	8	(10.338)	(26.593)
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	9	105.881	57.602
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		34.224	28.837
Correntes		7.852	-
Diferidos	22c	26.372	28.837
OUTROS ATIVOS		98.942	69.857
Devedores por depósitos em garantia	10	69.724	59.699
Outros ativos	10	29.218	10.157
ATIVO TANGÍVEL	11	33.037	34.527
ATIVO INTANGÍVEL	12	399	692
TOTAL DO ATIVO		<u>2.887.754</u>	<u>2.554.914</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Balanços Patrimoniais Consolidados em IFRS
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO NO RESULTADO		1.142	135
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.142	135
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		2.242.962	1.919.077
Depósitos de instituições financeiras	13	113.078	90.664
Depósitos de clientes	14	1.025.909	932.912
Obrigações por títulos e valores mobiliários	15	707.027	480.997
Obrigações por empréstimos e repasses no país	16	73.327	62.397
Obrigações por empréstimos e repasses no exterior	17	321.991	346.351
Cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios	18	3	4
Outros passivos financeiros	19	1.626	5.752
PASSIVOS FISCAIS	22	7.344	4.735
Correntes		7.344	4.685
Diferidos		-	50
PROVISÕES	20	59.848	53.053
Provisões para passivos fiscais, trabalhistas, compromissos e outras		59.848	53.053
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21	21.941	23.694
DÍVIDAS SUBORDINADAS	23	50.124	59.912
TOTAL DO PASSIVO		2.383.362	2.060.606
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		20	18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		372.223	367.223
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(4.519)	(65)
Reservas		136.668	127.132
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		504.371	494.290
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.887.754	2.554.914

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído)

	Nota Explicativa	2016	2015
Receitas com juros e similares	26	414.586	436.103
Despesas com juros e similares	27	(260.723)	(357.945)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		153.863	78.158
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros	28	(48.785)	43.967
Variações cambiais líquidas	29	24.704	20.579
Receitas de tarifas e comissões	30	8.290	7.069
Despesas de tarifas e comissões	30	(6.158)	(6.138)
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		131.913	143.636
Despesas administrativas		(105.259)	(95.993)
Despesas com pessoal	31	(55.825)	(50.625)
Despesas tributárias		(1.848)	(1.558)
Outras despesas administrativas	32	(47.587)	(43.809)
Outras receitas (despesas) operacionais		51.548	45.911
Depreciações e amortizações		(1.901)	(2.002)
Provisões líquidas		(3.073)	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(9.077)	(27.848)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		64.150	63.704
Imposto sobre a renda e contribuição social	22	(18.488)	(14.477)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		45.662	49.227
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR 1.000 AÇÕES (em reais - R\$)		0,26	0,29
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO			
Ações ordinárias		30.315	32.682
Ações preferenciais		15.348	16.546
Quantidade de ações ordinárias		114.863.637	113.735.909
Quantidade de ações preferenciais		58.152.330	57.581.392

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações do Valor Adicionado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído)

	2016	2015
1. Receitas	374.090	459.292
1.1 Receitas com juros e similares	414.586	436.103
1.2 Ganhos com ativos e passivos financeiros	(48.785)	43.967
1.3 Receita de tarifas e comissões	8.290	7.069
1.4 Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	-	(27.848)
1.5 Outras receitas (despesas) não operacionais	-	-
2. Despesas	(260.723)	(357.945)
2.1 Despesas com juros e similares	(260.723)	(357.945)
2.2 Perdas com ativos e passivos financeiros	-	-
3. Insumos adquiridos de terceiros	22.507	16.544
3.1 Materiais, energia e outros	(15.077)	(13.020)
3.2 Serviços de terceiros	(8.210)	(8.202)
3.3 Perda (recuperação) de valores ativos	45.794	37.766
4. Valor adicionado bruto	135.875	117.891
5. Depreciação, amortização e exaustão	(1.901)	(2.002)
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	133.973	115.889
7. Valor adicionado recebido em transferência	-	-
8. Valor adicionado a distribuir	133.973	115.889
9. Distribuição do valor adicionado	117.521	115.886
9.1 Pessoal	55.824	50.624
9.1.1 Remuneração direta	36.407	33.229
9.1.2 Benefícios	9.999	8.309
9.1.3 Encargos sociais	9.418	9.086
9.2 Impostos, taxas e contribuições	16.035	16.035
9.2.1 Federais	14.483	14.987
9.2.2 Municipais	1552	1048
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	998	1.002
9.3.1 Aluguéis	998	1.002
9.4 Remuneração de capitais próprios	45.662	49.227
9.4.1 juros sobre capital próprio e dividendos	36.000	29.400
9.4.2 Lucros retidos	9.662	19.827

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucro do exercício	Ajuste a valor de Mercado TVM	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014	367.223	-	-	72	14.388	93.856	(1.011)	(131)	474.397
Ajuste de valor a mercado TVM	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Lucro líquido no exercício.....	-	-	-	-	-	-	49.227	-	49.227
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal 24c	-	-	-	-	2.461	-	(2.461)	-	-
Reserva estatutária 24c	-	-	-	-	-	16.405	(16.405)	-	-
Remuneração do capital próprio 24b	-	-	-	-	-	-	(29.400)	-	(29.400)
Em 31 de dezembro de 2015	367.223	-	-	72	16.849	110.261	(50)	(65)	494.290
Aumento de capital	-	5.000	-	-	-	-	-	-	5.000
Ajuste de valor a mercado TVM	-	-	-	-	-	-	(128)	(4.454)	(4.582)
Lucro líquido no exercício.....	-	-	-	-	-	-	45.662	-	45.662
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal 24c	-	-	-	-	2.283	-	(2.283)	-	-
Reserva estatutária 24c	-	-	-	-	-	7.201	(7.201)	-	-
Remuneração do capital próprio 24b	-	-	-	-	-	-	(36.000)	-	(36.000)
Em 31 de dezembro de 2016	367.223	5.000	-	72	19.132	117.462	-	(4.519)	504.371

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	45.662	49.227
Ajustes ao lucro		
Depreciação do ativo tangível	1.608	1.612
Amortização do ativo intangível	293	390
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	5.384	(6.440)
Constituição de provisões	6.795	3.092
Ajuste ao valor de mercado T.V.M	-	194
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	(491.156)	2.433
Ativos financeiros disponíveis para venda	(9.406)	75.467
Empréstimos e recebíveis	(446.786)	(66.801)
Outros ativos	(34.964)	(6.233)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	336.571	(77.484)
Passivos financeiros para negociação	1.007	(1.816)
Outros passivos financeiros	(4.127)	(223)
Outras obrigações	(1.750)	1.838
Recursos de depósitos de instituições financeiras e de clientes	341.442	(77.283)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(94.842)	(26.975)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo tangível	(117)	(277)
Alienação de ativo intangível	-	397
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(117)	120
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de dívidas subordinadas	-	19.183
Pagamento de dívidas subordinadas	(9.789)	-
Captação de empréstimos	149.080	92.319
Pagamento de empréstimos	(162.510)	(14.361)
Dividendo pagos	(36.000)	(29.400)
Aumento de capital	5.000	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(54.219)	67.741
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa	(149.178)	40.885
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	668.179	627.294
No fim do período	519.001	668.179
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa	(149.178)	40.885

1. Atividade e estrutura do Grupo

O Banco Industrial do Brasil S.A (Banco ou Banco Industrial) é uma sociedade anônima, de capital aberto, conforme registro concedido em 7 de março de 2008 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703, na cidade de São Paulo. O Banco está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituição controlada, integrantes do Conglomerado Financeiro Industrial, cujas atividades incluem a distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários, e a administração de cartões de crédito. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme plano de convergência estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários, através da Instrução CVM 457, de 13 de julho de 2007, e pelo Banco Central do Brasil, através do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)*.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Industrial foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRIC”) traduzidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (“IBRACON”).

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram as primeiras elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2009 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). As demonstrações financeiras societárias foram elaboradas localmente no Brasil de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), doravante denominados “BR GAAP”.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados em sua elaboração.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Banco Industrial e de suas controladas em 30 de março de 2017.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

a) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem dois anos de informações comparativas para o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo “IFRS”.

b) Utilização de estimativas e julgamentos

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio líquido consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício social. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota nº 3.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para contingências, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

c) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Industrial, bem como suas subsidiárias no País e no Exterior, a seguir relacionadas:

Denominação social	Atividade	Participação (%)	
		2016	2015
Participação direta:			
Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,64	99,64
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda.	Prestação de serviços de crédito	99,99	99,99

Entende-se por “subsidiárias” as entidades nas quais o banco tem a possibilidade de exercer controle. Essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo banco, como no caso de acordos com acionistas da investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações financeiras das entidades sobre as quais o banco exerce controle estão consolidadas. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre essas empresas são eliminados nessa consolidação.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Grupo.

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Variações Cambiais Líquidas” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como “Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

As variações cambiais das operações no exterior estão distribuídas nas linhas da demonstração do resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

b) Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais representam informação financeira adicional para IFRS.

c) Instrumentos Financeiros

c.1) Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

c.2) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (“regular waytrades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado

c.3) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros:

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

c.4) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: Os ativos financeiros são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil em que o Banco é arrendador e se caracterizam pela transferência substancialmente de todos os riscos e benefícios de propriedade sobre os ativos arrendados aos arrendatários. Estas operações são apresentadas como parte de “operações de crédito e recebíveis de clientes” e são avaliadas pelo valor do investimento líquido no arrendamento acrescido dos encargos incrementais diretamente atribuíveis, sendo mensurados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

c.5) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.
- “Empréstimos e recebíveis”: incluem os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
- “Empréstimos e recebíveis de instituições financeiras”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Empréstimos e recebíveis de clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos, exceto os representados por títulos, e também empréstimos transferidos e vendidos pelo Banco com retenção substancial de riscos e benefícios.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- “Outros Ativos”: referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c.6) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).

- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** Os passivos financeiros são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- **Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

c.7) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- **“Depósitos de instituições financeiras”:** depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **“Depósitos de clientes”:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- **“Obrigações por títulos e valores mobiliários”:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **“Obrigações por empréstimos no exterior”:** inclui a captação de recursos junto a banqueiros no exterior.
- **“Outros passivos financeiros”:** são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.
- **“Derivativos”:** inclui o valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c.8) Mensuração dos instrumentos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- **Mensuração dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e derivativos que tenham como objeto instrumentos de patrimônio com estas características.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (Perdas) líquidos com

instrumentos financeiros” da demonstração consolidada de resultado abrangente. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

- ***Mensuração dos instrumentos de patrimônio***

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

- ***Mensuração dos passivos financeiros***

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

- ***Mensuração dos instrumentos financeiros derivativos***

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Técnicas de avaliação

Os métodos adotados pelo Banco Industrial para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- **Nível 1:** O Banco utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo” e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja

mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&F estão alocados neste nível.

- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não haviam instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros para negociação	512.598	-	512.598	658.028	-	658.028
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.728	18.180	37.908	17.000	19.053	36.053
Passivos financeiros para negociação	(1.142)	-	(1.142)	(135)	-	(135)

As principais técnicas usadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pelos modelos internos (nível 2) do Banco Industrial para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2016	2015		
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Debentures	18.180	19.053	Valor presente	Dados de mercado observáveis (taxa de desconto e juros)

O valor justo dos instrumentos financeiros resultante dos modelos internos mencionados anteriormente leva em conta, entre outros, os termos do contrato e dados de mercado observáveis, que incluem taxas de juros, taxas de câmbio, preço de mercado cotado de ações, volatilidade e pré-pagamentos. Os modelos de avaliação não são significativamente subjetivos, já que essas metodologias podem ser ajustadas e auferidas, conforme adequado, através do cálculo interno do valor justo e da subsequente comparação com o respectivo preço ativamente negociado. Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco opera de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

Para instrumentos financeiros avaliados com base em modelagem interna, pode ocorrer uma diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o valor que seria determinado na mesma data utilizando-se uma técnica de avaliação. Considerando a simplicidade dos termos dos instrumentos financeiros negociados pelo Banco Industrial, a entidade considera que esta diferença não é significativa.

Os empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos não possam ser apurados de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo amortizado. A Administração do Banco considera que as variações entre os valores de custo amortizado e os valores justos não são significativos.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

	31 de Dezembro	
	2016	
Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis de clientes	2.067.466	2.257.720
	2.067.466	2.257.720

	31 de Dezembro	
	2015	
Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.685.215	1.720.408
	1.685.215	1.720.408

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

	31 de Dezembro	
	2016	
Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.138.988	1.145.797
Obrigações por empréstimos e repasses	395.318	395.318
Obrigações por títulos e valores mobiliários	707.027	707.027
Outros passivos financeiros	1.629	1.629
	2.242.962	2.249.771

	31 de Dezembro	
	2015	
Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.023.576	1.042.389
Obrigações por empréstimos e repasses	408.748	408.748
Obrigações por títulos e valores mobiliários	480.997	480.997
Outros passivos financeiros	5.758	5.758
	1.919.079	1.937.892

c.9) Transferência de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- i. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
- ii. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:
 - Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.
 - A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.
- iii. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros através da compra de uma opção de compra ou o lançamento de uma opção de venda que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:
 - Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.
 - Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

c.10) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

c.11) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis.

c.12) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como negociação e outros ativos a valor justo no resultado são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- O devedor está passando por dificuldades financeiras;
- Ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- O Banco faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Banco negociaria em situações normais;
- Alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária; e
- Evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

ii. Ativos financeiros avaliados coletivamente

Os ativos financeiros avaliados coletivamente são divididos em dois grupos: provisões para ativos em atraso que estão abaixo do limiar da avaliação individual (provisões para deterioração coletiva) e perdas em ativos que foram incorridas, mas que não foram identificadas separadamente na data do balanço patrimonial (provisões latentes). Ativos financeiros avaliados individualmente que não possuam evidência de perda identificada e que não estão em atraso são agrupados de acordo com suas características de risco de crédito com o propósito de se calcular uma perda coletiva estimada. Isto reflete as perdas por deterioração incorridas na data do balanço patrimonial que só serão identificadas individualmente no futuro.

A provisão para deterioração coletiva é determinada levando-se em conta:

- a experiência histórica de perda em portfólios com características similares de risco de crédito;
- o período estimado entre a ocorrência da deterioração e a perda que está sendo identificada; e
- o julgamento da administração sobre a influência das condições econômicas e de crédito nos atuais níveis de perda registrados e verificação quanto à necessidade de incremento ou redução da provisão calculada com base na experiência histórica de perda.

c.13) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.
- No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Os saldos são considerados como não recuperáveis e o provisionamento de juros é suspenso quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas pelas entidades consolidadas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Cobranças relativas a empréstimos e recebíveis não recuperáveis são utilizadas para reconhecer os juros provisionados, e o restante, se houver, para reduzir o principal em aberto. O valor dos ativos financeiros que seriam considerados como não recuperáveis caso as suas condições não tivessem sido renegociadas não é substancial em relação às demonstrações financeiras do Banco como um todo.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades consolidadas para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta "Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros". O reconhecimento

de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação apresenta atraso superior a 60 dias, que é o prazo que a Administração entende que o recebimento do principal e dos juros deixa de ser provável.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de um ativo financeiro, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito.
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva do instrumento (se a sua taxa contratual for fixa) ou a taxa contratual efetiva na data de desconto (se for variável).

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

O Banco possui certas políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e compromissos, na identificação de sua não-recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas decorrentes de risco de crédito, o Banco efetua a seguinte distinção:

Provisão específica

O Banco classifica operações de crédito de acordo com seu nível de risco e o número de dias de atraso dessa operação. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com:

- As condições do devedor e de qualquer avalista, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atuação, contingências e limites de crédito.
- As características da operação, tais como sua natureza e objetivo, tipo, suficiência e nível de liquidez da garantia e valor total do crédito.

Provisão para perdas incorridas não especificamente identificadas

O Banco cobre suas perdas inerentes com ativos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado e com passivos contingentes levando em conta a experiência histórica de não recuperação e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para tais fins, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base das informações financeiras, calculadas utilizando-se dados históricos de perdas efetivadas.

As operações vencidas a mais de 360 dias são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação fora do balanço patrimonial para fins de cobrança e dedutibilidade fiscal.

As operações de crédito renegociadas que já haviam sido baixadas e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda

O valor das perdas por não-recuperação com esses instrumentos é a diferença positiva entre seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, menos qualquer perda por não-recuperação previamente reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

Quando há prova objetiva, na data de mensuração desses instrumentos, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a uma não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao Valor Justo - Ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Se a totalidade ou parte das perdas por não-recuperação for subsequentemente revertida, o valor revertido é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, na demonstração consolidada do resultado do exercício em que houver ocorrido a reversão (ou no patrimônio líquido, sob a rubrica "Ajustes ao Valor Justo - Ativos financeiros disponíveis para venda", no caso de instrumentos de patrimônio).

iv. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda por não recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não recuperação são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

d) Instrumentos Não Financeiros

d.1) Ativos não correntes para venda

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada superior a um ano a contar da data-base das informações financeiras. Portanto, prevê-se que o valor contábil desses itens - que podem ser de natureza financeira ou outra - será recuperado através do produto de sua alienação. Especificamente, imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não circulantes destinados à venda que devem ocorrer normalmente em até um ano.

Ativos não correntes para venda estão mensurados ao valor contábil desde a data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

d.2) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “despesas administrativas”.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Tempo de vida útil estimado
Edificações	25 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Sistema de Comunicação	5 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Aeronaves	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil tiver de ser estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas no mínimo ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

d.3) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequente e mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares, estimado em 5 anos.

As entidades consolidadas não reconheceram qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos.

d.4) Operações de Arrendamento Mercantil

Leasings financeiros

Leasings financeiros são contratos que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

O Banco Industrial possui um contrato de *leasing* financeiro vigente, decorrente da aquisição de uma aeronave, registrado na rubrica “ativo tangível” (vide nota nº 12).

Leasings operacionais

Em *leasings* operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de *leasing*, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica “Outras despesas administrativas” em suas demonstrações consolidadas do resultado. Observamos que o Banco não possui operações de *leasing* operacional para as datas findas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

d.5) Ativos e passivos contingentes e provisões

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- **Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.
- **Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- **Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões em relação às quais se considere provável a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, cuja probabilidade de perda seja possível, não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

e) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração)

iii. Comissões, tarifas e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado abrangente utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.
- Despesa tributária, inclui basicamente despesas com tributos estaduais, tributos municipais e taxa de fiscalização CVM.

iv. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para o banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

f) Garantias financeiras

O Banco Industrial emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Durante os períodos reportados nestas demonstrações financeiras a administração do Banco Industrial e suas controladas não identificaram a necessidade de constituição de provisão para desembolsos em decorrência de garantias financeiras prestadas.

g) Impostos sobre a renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e para contribuição social, 15% até agosto de 2016 e 20% de setembro de 2016 até dezembro de 2018, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e para contribuição social, 15% para os créditos tributários com expectativa de realização posterior a dezembro de 2018 e 20% para os com expectativa até aquela data.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota nº 23, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos sobre a renda.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”. Consequentemente, o banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos reconhecidos no item “caixa e reservas no banco central do Brasil” no balanço patrimonial consolidado.

i) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma

resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. A administração entende que os principais impactos da adoção da regra sejam na estimativa do valor recuperável de empréstimos e recebíveis de clientes, que podem variar função em consideração das perdas esperadas e mudanças na classificação e mensuração em função do modelo de negócios e a característica do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. As análises dos impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não são esperados impactos decorrentes da adoção deste normativo.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. A Administração entende que este pronunciamento não irá gerar alterações significativas no reconhecimento de Receitas da companhia. Os impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Moeda nacional	1.622	932
Moeda estrangeira	6.014	9.765
Caixa	7.636	10.697
(-) Depósitos compulsórios	(1.233)	(546)
Operações compromissadas - LTN/NTN	361.181	655.997
Operações compromissadas - LFT	149.080	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.312	1.009
Operações compromissadas	1.026	1.022
Empréstimos às instituições Financeiras (nota 5)	512.598	658.028
Caixa e equivalentes de caixa	519.001	668.179

Depósitos junto ao Banco Central do Brasil representam depósitos associados às reservas compulsórias e não estão disponíveis para o uso do Banco Industrial em suas operações diárias.

5. Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras

	31 Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	512.598	658.028
	512.598	658.028
Tipo:		
Operações compromissadas - LTN/NTN	361.181	655.997
Operações compromissadas - LFT	149.080	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.312	1.009
Operações compromissadas	1.026	1.022
	512.598	658.028
Prazo de vencimento:		
De 31 a 180 dias	149.080	100.000
De 181 a 360 dias	2.338	2.031
Acima de 360 dias	361.180	555.997
	512.598	658.028
Moeda:		
Real	512.598	658.028
	512.598	658.028

6. Instrumentos de dívida

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	37.908	36.053
	37.908	36.053
Tipo:		
Títulos livres	27.731	11.626
Vinculados a operações compromissadas	-	14.361
Vinculados a garantias em bolsa	10.177	10.066
	37.908	36.053
Composição:		
Títulos do Governo Federal	18.519	15.952
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.177	15.952
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.342	-
Debêntures	18.180	19.053
Outros títulos	1.209	1.048
	37.908	36.053
Saldos no início dos exercícios	36.053	111.410
Compras (vendas)líquidas	6.364	(78.623)
Ajuste a valor de mercado	(8.217)	110
Resultado	3.708	3.156
Saldos no fim dos exercícios	37.908	36.053

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados perda no valor recuperável de instrumentos financeiros classificados na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de proteção é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBovespa S.A., que são avaliados pelo Valor Justo, por meio dos ajustes diários.

a) Saldos patrimoniais com instrumentos financeiros derivativos

A composição, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação é a seguinte:

	31 de Dezembro			
	2016		2015	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de taxa de juros:				
Contratos futuros		(1.062)	-	(135)
Operações de Swap		(80)	-	-
	<u>-</u>	<u>(1.142)</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>

b) Valores de referência (notional) e valores justos de instrumentos derivativos

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos instrumentos derivativos mantidos pelo Banco é a seguinte:

	31 de Dezembro					
	2016			2015		
	Contratos			Contratos		
	Posição Comprada	Posição Vendida	Valor Justo	Posição Comprada	Posição Vendida	Valor Justo
Mercado Futuro:						
Taxa de Juros - DI		341.165	(1.062)		503.381	(135)
Moeda	164.445	48.887	(80)	239.120	56.982	
	<u>164.445</u>	<u>390.052</u>	<u>(1.142)</u>	<u>239.120</u>	<u>560.363</u>	<u>(135)</u>

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos instrumentos derivativos, por vencimento, é como segue:

	31 de Dezembro de 2016					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	
Operações de Swap / Futuros:						
CDI x IGPM / USD	(1.066)	(22)	(36)	(14)	(4)	(1.142)
Mercado Futuro:						
Posição Comprada	107.844	16.144	-	-	40.457	164.445
Posição Vendida						
	<u>390.052</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>390.052</u>
	<u>497.891</u>	<u>16.123</u>	<u>(36)</u>	<u>(14)</u>	<u>40.453</u>	<u>553.355</u>

	31 de Dezembro de 2015					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	Total
Operações de Swap:						
CDI x IGPM	(11)	(29)	(74)	(17)	(4)	(135)
Mercado Futuro:						
Posição Comprada	56.620	58.982	76.914	-	46.604	239.120
Posição Vendida	311.715	242.179	6.469	-	-	560.363
	368.324	301.132	83.309	(17)	46.600	799.348

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Tais contratos são registrados e custodiados na BM&FBovespa, com garantias de margens oferecidas pelas contrapartes, gerenciando assim a exposição ao risco de crédito dessas operações.

8. Empréstimos e recebíveis de clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "empréstimos e recebíveis de clientes" é a seguinte:

9 a - Empréstimos e adiantamentos a clientes

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	2.067.466	1.685.215
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(10.338)	(26.593)
	2.057.128	1.658.622

Não existem empréstimos e recebíveis de clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Composição por produto

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes por tipo de crédito, setor e tipo de taxa de juros.

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Tipo de crédito:		
Resolução nº 63	781	596
Contas garantidas	220.254	189.400
Financiamento em moedas estrangeiras	54.626	39.831
BNDES	13.266	14.777
Capital de giro	699.974	662.963
Sistema único de saúde	11.414	18.134
Crédito direto ao consumidor	197.006	176.299
Finame	18.690	47.743
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	5.925	3.892
Confissão de dívida	11.270	2.791
Venda de Recebíveis sem Coobrigação *	834.261	528.789
Total	2.067.466	1.685.215
Setor econômico:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	1.870.460	1.508.916
Empréstimos a pessoas físicas	197.006	176.299
	2.067.466	1.685.215
Taxa de juros:		
Juros prefixados	1.216.204	991.341
Juros posfixados	851.263	693.874
	2.067.466	1.685.215

(*) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis, cujas receitas auferidas estão contabilizadas na rubrica de Outras Receitas Operacionais.

A nota 45 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis correspondentes.

c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável são as seguintes:

	31 de Dezembro				
	2016	Constituição/ (Reversão)	2015	Constituição/ (Reversão)	2014
Capital de Giro	7.073	(12.147)	19.220	8.855	10.365
CDC	1.402	2	1.400	200	1.200
Contas Garantidas Vencidas	1.025	(4.795)	5.820	2.489	3.331
Aquisição de créditos	-	(20)	20	(44)	64
Crédito Pessoal - Sem Consignação	-	(133)	133	129	4
Adiantamento sobre contratos de câmbio	838	838	-	(1.280)	1.280
Saldo no final do exercício	10.338		26.593		16.244

Adicionalmente as constituições líquidas de provisão ocorridas no período com perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foram sensibilizadas pela recuperação de crédito baixados para

prejuízo no total de R\$3.136 (R\$10.203 em 2015). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 19.212 (R\$ 2.430 em 2015).

d) Operações vencidas por classes de ativos

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes vencidas por classes de ativos e por dias vencidos.

Vencidos:	31 de dezembro de 2016							Total
	Até 30 dias	de 31 à 60 dias	de 61 à 90 dias	de 91 à 120 dias	de 121 à 150 dias	de 151 à 180 dias	acima de 180 dias	
Contas garantidas	291	31	35	192	57	171	247	1.025
Capital de giro	2.011	216	245	1.325	395	1.177	1.705	7.073
Crédito direto ao consumidor	399	43	48	263	78	233	338	1.402
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	238	26	29	157	47	139	202	838
Total	2.939	315	357	1.937	578	1.720	2.491	10.338

Vencidos:	31 de dezembro de 2015							Total
	Até 30 dias	de 31 à 60 dias	de 61 à 90 dias	de 91 à 120 dias	de 121 à 150 dias	de 151 à 180 dias	acima de 180 dias	
Contas garantidas	1.655	177	201	1.091	325	968	1.403	5.820
Capital de giro	5.465	586	664	3.601	1.074	3.198	4.632	19.220
Crédito direto ao consumidor	398	43	48	262	78	233	337	1.399
Aquisição de créditos	43	5	5	30	10	25	37	154
Total	7.561	810	919	4.983	1.486	4.424	6.409	26.593

9. Ativos mantidos para venda

Os ativos não financeiros classificados como mantidos para venda são registrados no balanço patrimonial quando de sua efetiva apreensão. Estes ativos são correspondentes a imóveis, máquinas e equipamentos disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado na alienação de ativos não correntes para venda. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

A política do Banco consiste em contabilizar o bem em "Ativos Mantidos para Venda" limitado ao valor da dívida. O Banco busca vender seus bens não de uso no mercado, desde que não haja impedimento jurídico, por preços que cubram os prejuízos na carteira de crédito, não ocorrendo a venda no período de 6 meses os bens são encaminhados para venda em leilão. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem.

Composição:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Ativos mantidos para venda	105.881	57.602
	105.881	57.602
Tipo:		
Veículos	4.939	4.999
Imóveis	100.327	51.987
Outros	616	616
	105.881	57.602
Movimentações		
Saldo Inicial	57.602	18.556
Entradas	48.279	39.046
Alienação		
	105.881	57.602

10. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Devedores por depósitos em garantias	69.724	59.699
Despesas antecipadas	55	56
Adiantamentos a fornecedores	1.578	1.410
Recursos recebidos	25.948	3.229
Outros recebíveis	1.638	5.463
	98.942	69.857

11. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	% anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perda por não-recuperação	Saldo líquido
Terrenos e edificações	4%	27.593	(2.956)	-	24.636
Sistemas de processamento de dados	20%	2.894	(2.543)	-	350
Móveis e equipamentos de uso e Sist. de Segurança	10%	1.710	(1.256)	-	454
Sistema de Comunicação	20%	289	(246)	-	44
Benfeitorias em andamento	20%	-	-	-	-
Aeronaves e Veículos	20%	10.672	(3.119)	-	7.551
Saldos em 31 de dezembro de 2016		43.158	(10.123)	-	33.037

	% anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perda por não-recuperação	Saldo líquido
Terrenos e edificações	4%	27.593	(2.715)	-	24.878
Sistemas de processamento de dados	20%	2.817	(2.391)	-	426
Móveis e equipamentos de uso e Sist. de Segurança	10%	1.692	(1.172)	-	520
Sistema de Comunicação	20%	267	(240)	-	26
Benfeitorias em andamento	20%	2.986	(2.916)	-	71
Aeronaves e Veículos	20%	10.672	(2.066)	-	8.606
Saldos em 31 de dezembro de 2015		46.027	(11.500)	-	34.527

* Não há depreciação para terrenos.

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Custo:		
Saldos no início do exercício	46.027	46.262
Adições	-	-
Baixas	(2.869)	(235)
Saldos no final do exercício	43.158	46.027

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(11.500)	(10.003)
Baixas	2.916	115
Depreciação	(1.538)	(1.612)
Variação cambial e outros itens	-	-
Saldos no final do exercício	(10.123)	(11.500)

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado, no valor de R\$ 1.538 (R\$ 1.612 em 2015).

12. Ativo intangível

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Vida útil estimada	31 de Dezembro	
		2016	2015
Com vida útil definida:			
Softwares	5 anos	2.953	2.953
Outros ativos		203	203
Amortização acumulada		(2.757)	(2.464)
Perdas por não-recuperação		-	-
Saldos no final do exercício		399	692

As variações do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	2016	2015
Saldos no início do exercício	692	1.082
Amortizações	(293)	(390)
Saldos no final do exercício	399	692

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado, no valor de R\$ 293 (R\$ 390 em 2015).

13. Depósitos de instituições financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Depósitos de instituições financeiras	113.078	90.664
	113.078	90.664
	2016	2015
Tipos:		
Operações compromissadas*	-	14.263
Depósitos interfinanceiros	113.078	76.401
	113.078	90.664

* Lastreado com títulos próprios

14. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	1.025.909	932.912
	<u>1.025.909</u>	<u>932.912</u>
Depósitos à vista	46.631	56.435
Depósitos a prazo	979.279	876.477
	<u>1.025.909</u>	<u>932.912</u>

15. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	707.027	480.997
	<u>707.027</u>	<u>480.997</u>
Composição:		
Obrigações por títulos e valores mobiliários	707.027	480.997
	<u>707.027</u>	<u>480.997</u>
Moeda:		
Real	707.027	480.997
	<u>707.027</u>	<u>480.997</u>

16. Obrigações por empréstimos e repasses no país

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações por empréstimos e repasses no país” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	73.327	62.397
	<u>73.327</u>	<u>62.397</u>
Composição:		
Obrigações por repasses - Finame/BNDES	73.327	62.397
	<u>73.327</u>	<u>62.397</u>
Moeda:		
Real	73.327	62.397
	<u>73.327</u>	<u>62.397</u>

17. Obrigações por empréstimos e repasses no exterior

A composição dos saldos da rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses no exterior" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Financiamento à exportação	244.492	167.337
Financiamento à importação	11.574	40.686
Obrigações por repasses no exterior - outras	65.925	138.328
	<u>321.991</u>	<u>346.351</u>
Moeda:		
Dolar norte americano	321.991	346.351
	<u>321.991</u>	<u>346.351</u>

18. Cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios

Refere-se basicamente a obrigações com Instituições Financeiras cessionárias em contratos de cessão de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, composto da seguinte forma:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado	3	4
	<u>3</u>	<u>4</u>
Composição:		
Operações com fluxos de caixa a vencer	-	-
Operações liquidadas antecipadamente a repassar	3	4
	<u>3</u>	<u>4</u>

Como parte dos acordos de cessão, o Banco proveu garantias de crédito aos cessionários em relação a eventuais perdas por inadimplência dos empréstimos cedidos. Assim, o Banco continuou a reconhecer o valor total desses empréstimos em seu ativo e registrou os valores recebidos pelas cessões como passivos financeiros, devido a exposição da instituição a desembolsos futuros relacionados ao não pagamento das operações por parte dos clientes.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 o Banco não cedeu créditos com retenção substancial de riscos e benefícios.

19. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Classificação:		
Operações líquidas de câmbio a liquidar	1.626	5.754
	1.626	5.754

20. Provisões

O Banco Industrial e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Industrial e suas controladas têm por políticas provisionar o valor das ações de acordo com os potenciais riscos envolvendo cada processo, conforme prática divulgada na nota 3.c.5.

As obrigações de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

a) Composição

A composição do saldo da rubrica "provisões" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Provisões cíveis	7.966	7.462
Provisões trabalhistas	4.960	3.973
Provisões fiscais e previdenciárias	46.126	40.360
Outras provisões	796	1.258
	59.848	53.053

b) Variações

As variações na rubrica "provisões" foram as seguintes:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Saldos no início dos exercícios	53.053	49.961
Adições	1.737	343
Utilização/Reversão	(708)	-
Atualização Monetária	5.766	2.749
Saldos no fim dos exercícios	59.848	53.053

A Administração entende que as provisões constituídas e demonstradas acima, são suficientes para atender prováveis perdas decorrentes de processos judiciais.

i) Obrigações legais e contingências tributárias e previdenciárias

Estão representadas pelo valor de R\$ 3.279 (R\$ 3.119 em 2015), registrado no Banco Industrial do Brasil SA, substancialmente, formado por processo de questionamento da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas operacionais totais ao invés de a base de cálculo se ater as receitas de serviços. Este processo conta com depósito judicial.

ii) Provisões trabalhistas

Compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e equiparação salarial.

iii) Provisões cíveis

Relacionadas a processos cíveis referentes a questionamentos de operações de crédito consignado, em sua grande maioria, que são provisionados tendo em vista a relação percentual entre o valor estipulado para a causa pela média de valores efetivamente indenizados ou estipulados para os acórdãos.

21. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica “outras obrigações” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Receitas diferidas *	1.412	1.422
Salários e encargos a pagar	8.616	7.631
Liquidações a efetivar	3.630	1.126
Dividendos a pagar	8.150	9.990
Outros	134	3.524
	21.941	23.694

*Refere-se, basicamente, a comissões recebidas pelo Banco pela prestação de garantias a clientes e que são diferidas pelos prazos de vigências dessas garantias.

22. Passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos dos exercícios pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	31 de dezembro de 2016		
	IR	CS	Total
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	64.151	64.151	
Adições / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(244)	(244)	
Juros sobre o capital próprio	(36.000)	(36.000)	
Despesa com PIS e Cofins	(9.156)	(9.156)	
Ajustes de IFRS	(2.267)	(2.267)	
Lucro apurado no exterior			
Créditos baixados como prejuízo	(22.605)	(22.605)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.041	4.041	
Marcação a mercado de TVM e derivativos	2.219	2.219	
Passivos contingentes cíveis e trabalhistas	741	741	
Outras inclusões / exclusões	4.839	3.050	
Base de cálculo	5.719	3.930	
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 25% (CS)	858	786	
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$240	584	-	
Incentivos fiscais	(66)	-	
Imposto de renda e contribuição social	1.376	786	
Imposto de renda diferido	-	-	
Realização (constituição) de crédito tributário	3.902	3.268	
Total de imposto de renda e contribuição social	5.278	4.054	9.332
Despesas com PIS e COFINS			9.156
Total de impostos sobre a renda			18.488

	31 de dezembro de 2015		
	IR	CS	Total
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	63.704	63.704	
Adições / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(3.041)	(3.041)	
Juros sobre o capital próprio	(29.400)	(29.400)	
Despesa com PIS e Cofins	(9.165)	(9.165)	
Ajustes de IFRS	2.463	2.463	
Créditos baixados como prejuízo	(17.239)	(17.239)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.569	32.569	
Doações / reversão de impostos	400	400	
Outras inclusões / exclusões	445	1.000	
Base de cálculo	40.736	41.290	
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 15% (CS)	6.110	6.194	
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$240	3.138	-	
Incentivos fiscais	(647)	-	
Imposto de renda e contribuição social	8.601	6.194	
Imposto de renda diferido	-	-	
Realização (constituição) de crédito tributário	(5.123)	(4.360)	
Total de imposto de renda e contribuição social	3.478	1.834	5.312
Despesas com PIS e COFINS			9.165
Total de impostos sobre a renda			14.477

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Lucro antes da tributação	64.151	63.704
Imposto de renda	(18.488)	(14.477)
Alíquota efetiva	28,82%	22,73%
	45.663	49.227

c) Impostos diferidos

O saldo da rubrica “créditos tributários diferidos” é:

	31 de dezembro	
	2.016	2.015
Créditos tributários - imposto de renda		
Sendo:		
Provisão para devedores duvidosos	4.152	7.873
Valor justo - TVM e instrumentos financeiros derivativos	2.609	81
Contingências	9.304	9.119
Créditos tributários - contribuição social		
Sendo:		
Provisão para devedores duvidosos	3.322	6.814
Valor justo - TVM e instrumentos financeiros derivativos	1.976	49
Contingências	5.009	4.901
Total de crédito tributário	26.372	28.837

As movimentações dos saldos da rubrica “créditos tributários” nos últimos dois exercícios foram:

	Saldo em 01 de janeiro de 2016	(Débito) crédito ao resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Impostos Diferidos	28.837	(2.465)	26.372
	21.717	(2.465)	28.837

	Saldo em 01 de janeiro de 2015	(Débito) crédito ao resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Impostos Diferidos	21.717	7.120	28.837
	21.717	7.120	28.837

Com base em estudo técnico, a expectativa da Administração é a realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

<u>Exercícios</u>	<u>Expectativa de realização por exercício</u>	<u>Valor presente (i)</u>
2017	4.053	3.546
2018	2.727	2.087
2019	473	316
2020	221	129
2021 (ii)	<u>18.898</u>	<u>9.687</u>
	<u>26.372</u>	<u>15.765</u>

- (i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2016 (1,12% a.m.).
- (ii) Estimativa para encerramento do processo judicial que originou a provisão para contingências fiscais.

23. Dívidas subordinadas

Em 8 de janeiro de 2007 o Banco Industrial assinou com o DEG - Deutsche Investitions Und Entwicklungsgesellschaft MBH um empréstimo subordinado de longo prazo - 10 anos - no valor de US\$15 milhões, indexados à LIBOR + 4,41% a.a. O DEG é uma subsidiária integral do KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau com sede na Alemanha. Em 28 de janeiro de 2008, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da mencionada operação como Dívida Subordinada de acordo com a Resolução nº. 2.837. Neste sentido, os US\$15 milhões podem ser considerados como Capital suplementar nível II, aumentando o Patrimônio Líquido do Banco Industrial do Brasil S/A em R\$16.291 em 31 de dezembro de 2015. Em 26 de agosto de 2013 recebemos um novo empréstimo subordinado no montante de US\$ 15 milhões com vencimento em 8 anos, indexado à taxa Libor 5,47% a.a. A utilização dos novos recursos como capital suplementar nível II encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil. Esses contratos exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

<u>Data do Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Capital de nível II</u>	<u>Saldo</u>	<u>Capital de nível II</u>
08/01/2017	Libor + 4,41%	50.124	50.124	59.912	59.912
		<u>50.124</u>	<u>50.124</u>	<u>59.912</u>	<u>59.912</u>

O Banco não apresentou nenhum atraso de principal, juros ou outros eventos em relação aos seus passivos subordinados durante os exercícios de 2016 e 2015.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas sem valor nominal, sendo 114.863.637 ordinárias e 58.152.330 preferenciais. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor. Em 30 de dezembro de 2016 em Reunião do Conselho de Administração foi deliberado um aumento de capital no montante de R\$ 5.000.000,00, este processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

b) Distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Durante o exercício de 2016, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei N° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$36.000 (R\$29.400 distribuídos em 2015).

c) Reservas

Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social.

Reserva estatutária

O estatuto do Banco Industrial prevê a destinação de reserva para futuros investimentos, de uma parcela dos lucros não distribuídos aos acionistas, mantidos a disposição dos órgãos estatutários.

Reserva de reavaliação

Trata-se de reavaliação de ativos em empresas controladas.

25. Gestão de Capital

O Banco tem como objetivo atribuir as responsabilidades das Unidades envolvidas em sua consecução e estabelecer as diretrizes necessárias para que as empresas integrantes do conglomerado Industrial do Brasil administrem adequadamente seus procedimentos e controles, permitindo entendimento claro e a visualização de toda estrutura associada ao processo, de forma que fatos eventuais, que possam interferir adversamente no seu desempenho, sejam identificados e tratados em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil.

Define-se o Gerenciamento de Capital, como o processo contínuo de:

- b) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- c) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e
- d) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a instituição adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. O plano de capital definido pela direção do Banco Industrial do Brasil encontra-se alinhado às exigências do Banco Central do Brasil.

As empresas componentes do conglomerado Industrial do Brasil devem manter de forma adequadamente documentada, seus processos e controles para a devida gestão da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Basiléia

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital mínimo consistente com suas atividades, seguindo limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Esses limites são baseados na Abordagem Padronizada de Basiléia II e utilizam como metodologia de medição, a análise e administração de gerenciamento de riscos, cujas políticas internas encontram-se detalhadas na nota 38.

O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro	
	2016	2015
Capital regulador de nível I ajustado	501.042	488.639
Instrumentos de dívida subordinada	10.025	11.982
Patrimônio de referência total (nível I + nível II) (a)	511.067	500.621
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito	272.858	267.002
Risco de câmbio	1.278	19.708
Risco de mercado	16.926	32.488
Risco ações	24.152	25.242
Patrimônio de referência exigido (b)	315.214	344.440
Margem (a - b)	195.853	156.181
Rban - Juros carteira não negociável	(23.493)	(32.606)
Margem (a - b)	172.360	123.575
Ativo ponderado pelo risco (i)	3.192.045	3.131.269
Índice de Basiléia	16,00%	16,00%

(*) calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

O Banco Industrial mantém investimentos em ativos tangíveis consistentes com seu capital, sendo que os recursos investidos em ativos tangíveis, determinados em base consolidada, são inferiores a 50% do capital ajustado de acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil

26. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	31 de dezembro	
	2016	2015
Receita de juros apropriada em ativos financeiros		
Empréstimos e adinamentos a instituições financeiras	84.280	79.457
Empréstimos e adiantamentos a clientes	321.038	343.740
Instrumentos de dívida	3.890	8.299
Outras	5.378	4.607
	414.586	436.103

27. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31 de dezembro	
	2016	2015
Depósitos	(13.985)	(13.241)
Despesas de captação	(200.106)	(179.795)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	(8.469)	(45.830)
Operações compromissadas	(34.769)	(115.756)
Despesas de empréstimo no exterior	(735)	(574)
Outras	(2.658)	(2.749)
	(260.723)	(357.945)

28. Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros

São compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Ativos financeiros para negociação, sendo:		
Valor justo de instrumentos financeiros TVM e derivativos	(48.785)	43.967
	(48.785)	43.967

29. Variações cambiais líquidas

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Variações cambiais líquidas, sendo:		
Rendas de variações de Taxas	79.817	65.861
Despesas de variações de Taxas	(55.114)	(45.988)
Variação Cambial Monceau	-	706
	24.704	20.579

30. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Receita com taxas e comissões		
Tarifas de cobrança	4.553	3.707
Tarifas bancárias	3.343	3.065
Outras tarifas recebidas	394	297
	8.290	7.069
Despesa com taxas e comissões		
Tarifas com serviços bancários	(2.815)	(2.668)
Tarifas com informações cadastrais	(1.756)	(1.831)
Outras taxas	(1.588)	(1.639)
	(6.158)	(6.138)
Receita líquida com taxas e comissões	2.131	932

32. Despesas com pessoal

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Salários	34.554	33.067
Encargos sociais	9.419	9.086
Benefícios	9.999	8.308
Outras despesas de pessoal	1.854	164
	55.825	50.625

33. Outras despesas administrativas

	31 de dezembro	
	2016	2015
Imóveis, instalações e materiais	2.928	2.070
Tecnologia e sistemas	6.351	5.951
Publicidade	139	452
Comunicações	946	1.163
Relatórios técnicos	5.314	5.424
Representações	1.586	1.255
Ajudas de custo e despesas de viagem	1.021	867
Consultoria Jurídica	11.923	11.174
Comissão	4.758	5.737
Prêmios de seguros	38	20
Outras despesas administrativas	12.584	9.696
	47.587	43.809

35. Outras divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

O Banco Industrial não possui custódia de títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Industrial em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

c) Benefícios pós-emprego

O Banco Industrial não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

d) Rescisão de contrato e outros benefícios de longo prazo

O Banco Industrial não possui, para funcionários, colaboradores, diretores e membros do conselho de administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

e) Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto a Tokio Marine Seguradora S/A, com vigência de 17 de junho de 2016 a 17 de junho de 2017, englobando duas apólices distintas: Matriz / Filiais.

A apólice inclui ainda sublimites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro	Sublimites – (Matriz)
Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	R\$23.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas)	R\$12.000
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo /tornado	R\$2.500
Responsabilidade civil operações	R\$2.000
Alagamentos/inundação	R\$500
Equipamentos eletrônicos	R\$500
Roubo e furto de bens	R\$500
Danos elétricos	R\$300
Responsabilidades contingentes	R\$300
Responsabilidade garagista/incêndio/roubo	R\$300
Despesas com desentulho do local em decorrência de incêndio, raio e explosão	R\$300
Responsabilidade civil veículos contingentes	R\$300

Quebra de vidros	R\$100
Roubo no interior do estabelecimento	R\$30
Roubo fora do estabelecimento	R\$10

Filiais e Lojas

A apólice inclui ainda sublimites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro	Sublimites - (Filiais)
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas)	R\$1.000
Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	R\$600
Responsabilidade civil operações	R\$600
Perda ou pagamento de aluguel decorrente da cobertura básica	R\$300
Roubo e furto de bens	R\$300
Equipamentos eletrônicos	R\$200
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo/tornado	R\$150
Derrame e/ou vazamento de tubulações	R\$150
Danos elétricos	R\$100
Quebra de vidros	R\$50

36. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco Industrial identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de operações de crédito com garantia de recebíveis. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui operações de crédito consignado para empregados do setor público.

As posições financeiras e resultados gerados por operações que não são se enquadram nos segmentos descritos acima são consideradas com operações de Tesouraria e não são controladas gerencialmente como um segmento operacional do Banco.

A distribuição geográfica das receitas geradas pelos segmentos atacado e varejo não é uma informação relevante no processo de tomada de decisão da Administração da instituição. Considerando este cenário, o Banco optou por não divulgá-las.

Todas as receitas demonstradas no quadro de segmentos foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas receitas entre os segmentos atacado e varejo nos exercícios de 2016 e 2015.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31 de Dezembro 2016				TOTAL
	Atacado	Varejo	Total Segmentos	Tesouraria	
Receitas com juros e similares	208.088	80.623	288.711	125.874	414.586
Despesas com juros e similares	(117.403)	(53.213)	(170.616)	(90.106)	(260.723)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	90.686	27.409	118.095	35.768	153.863
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros	-	-	-	(48.785)	(48.785)
Resultado de instrumentos financeiros	-	-	-	(48.785)	(48.785)
Resultado de instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-
Variações cambiais (líquidas)	-	-	-	24.704	24.704
Receitas de tarifas e comissões	3.573	4.717	8.290	-	8.290
Despesas de tarifas e comissões	(596)	(5.004)	(5.600)	(558)	(6.158)
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	93.662	27.123	120.784	11.129	131.913
Despesas administrativas	(62.333)	(42.925)	(105.258)	-	(105.258)
Despesas com pessoal	(40.236)	(15.589)	(55.825)	-	(55.825)
Despesas tributárias	(1.331)	(516)	(1.847)	-	(1.847)
Outras despesas administrativas	(20.767)	(26.820)	(47.587)	-	(47.587)
Outras receitas (despesas) operacionais	34.883	11.278	46.162	5.386	51.548
Depreciações e amortizações	(1.370)	(531)	(1.901)	-	(1.901)
Provisões líquidas	(2.215)	(858)	(3.073)	-	(3.073)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(6.543)	(2.535)	(9.077)	-	(9.077)
Resultado na alienação de bens não classificados como ativo não corrente dest	-	-	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	56.084	(8.448)	47.636	16.515	64.151
Imposto sobre a renda e contribuição social	(13.325)	(5.163)	(18.488)	-	(18.488)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	42.759	(13.611)	29.148	16.515	45.662
Outros:					
Total em ativos	1.490.125	577.341	2.067.466	694.081	2.761.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.490.125	577.341	2.067.466	-	2.067.466
Total em Passivos	739.424	286.486	1.025.909	-	1.025.909
depósitos de clientes	739.424	286.486	1.025.909	-	1.025.909

37. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

As transações ordinárias realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

a) Remuneração da Administração

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração e de Diretoria:

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Remuneração fixa	4.850	4.782
	<u>4.850</u>	<u>4.782</u>

ii) Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- Qualquer entidade controlada pela instituição;
- Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

c) Participação acionária

O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

As principais transações e saldos são conforme segue:

d) Depósitos à prazo:

	31 de Dezembro			
	2016	2015	2016	2015
	Saldo		Resultado	
Administradores, familiares imediatos e empresas ligadas	80.036	49.573	-	-
Total	<u>80.036</u>	<u>49.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

38. Gerenciamento de Riscos

O IFRS requer extensas divulgações, contendo informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras, avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros aos quais o Conglomerado está exposto na data de balanço. Estes riscos geralmente incluem, mas não se limitam, aos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, e operacionais. Apresentamos abaixo as notas destes riscos.

a. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos adotados pelo Banco, e o seu gerenciamento de capital.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação (Art.2º da Resolução 3.721 de 30 de abril de 2009).

O Risco de crédito traduz-se na perda em que se incorre, quando há incapacidade de uma contrapartida, numa operação de concessão de crédito.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O processo de Gerenciamento do Risco de Crédito no Banco Industrial é conduzido pela estrutura interna de Compliance & Riscos, contando com o apoio e colaboração das Áreas de processamento, controle e contabilização das carteiras de operações (Back Offices das chamadas operações de crédito do Atacado, Varejo, Área Internacional / Câmbio e Financeira / Derivativos), geridas, por sua vez, por Agentes Setoriais de Compliance, e pela própria Área “head” de Compliance, de forma a atender aos requisitos da Resolução nº 3.721/2009 do Banco Central do Brasil.

O Gerenciamento do Risco de Crédito segregado da área de Análise de Crédito e das unidades de negociação, e se reportará ao Comitê de Risco de Crédito, sendo responsável pela supervisão, identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos associados a cada área da instituição, incluindo:

- Formular políticas de crédito em conjunto com as áreas de negócios, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Acompanhar a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de crédito, sendo que os limites de alçada estão definidos em Manual de Política de Crédito, onde as linhas de crédito significativas devem ser avaliadas pela Área de Crédito e aprovadas pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de crédito. A área de Análise de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para

os clientes da área de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.

- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, e setores econômicos (para empréstimos e recebíveis), e por emissores, faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país (para títulos de investimento).
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco, para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada, e focar o gerenciamento nos riscos inerentes.

O sistema de classificação de riscos, é usado para determinar onde provisões para *impairment* podem ser necessárias, e para prevenir determinadas exposições ao risco. A estrutura de classificação de risco atual inclui oito graus que refletem vários graus de risco de inadimplência e a disponibilidade de garantias, ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.

- Analisar a aderência das áreas de negócio aos limites de exposição estabelecidos, inclusive aqueles definidos para determinados setores, risco país e tipos de produtos, sendo apresentado à área de Crédito, relatórios regulares sobre a qualidade de crédito das carteiras locais, que por sua vez toma as medidas corretivas mais adequadas.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas às áreas de negócio para promover as melhores práticas por todo o Banco no gerenciamento do risco de crédito.

As unidades das empresas componentes do conglomerado Industrial do Brasil, mantém de forma adequadamente documentada, os critérios e a estrutura estabelecidos para o controle do risco de crédito, assim como, sistemas de controles estruturados, em consonância com seus perfis operacionais, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações de crédito praticadas, de forma a evidenciar o risco de crédito decorrente das atividades por elas desenvolvidas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sobre todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras consolidadas, assim demonstradas:

Descrição	2016	2015
Ativos financeiros (i)	550.506	694.081
Empréstimos e recebíveis (ii)	2.067.466	1.685.215

(i) Composto substancialmente por títulos emitidos pelo Governo Federal, representando baixo nível de risco de crédito para a Instituição;

(ii) Composto por créditos concedidos a:

• **peçoas físicas** na modalidade de crédito direto ao consumidor e de empréstimos consignados em folha de pagamento, com concentração significativamente pulverizada, representando 10,08% da carteira de empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2016 (11,44% em 2015), e

• **peçoas jurídicas** substancialmente nas modalidades de capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, conta garantida, repasses FINAME/BNDES, direitos creditórios, representando 89,09% da carteira de empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2016 (88,46% em 2015). Essas operações de créditos contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas, penhor mercantil, etc. Nas operações de

BNDES, Finame e de arrendamento mercantil as garantias são os bens objeto dos contratos.

Além da carteira de créditos concedidos, o Banco emite avais, fianças e outras garantias para terceiros, as quais também possuem exposição a risco de crédito.

A seguir, encontra-se demonstrado o “máximo valor potencial de pagamentos futuros”, que representa os valores de principal (notional) que poderiam ser perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

As práticas contábeis aplicáveis a esses tipos de operações encontram-se descritas na nota 3e.

	31 de Dezembro	
	2016	2015
Fianças - Instituições Financeiras	-	23.080
Fianças - Pessoas Físicas e Jurídicas não financeiras	184.119	186.080
Créditos abertos para Importação	7.736	836
	191.855	209.996

Na avaliação da Administração foi reconhecida perda no valor recuperável no montante de R\$ 370 sobre garantias prestadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Não houve o reconhecimento de perda no valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Empréstimos e recebíveis e títulos de investimento

	Ativos Financeiros	
	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Operações com impairment individual		
Saldo Bruto	52.251	107.878
Provisão impairment	(8.936)	(24.767)
Saldo contábil	<u>43.315</u>	<u>83.111</u>
Operações com impairment coletivo		
Saldo Bruto	249.330	373.664
Provisão impairment	(1.312)	(1.826)
Saldo contábil	<u>248.018</u>	<u>371.838</u>
Operações vencidas sem impairment		
Operações vencidos compreende:		
1 - 30 dias	5.734	5.667
Acima de 30 dias	46.476	-
Saldo contábil	<u>52.210</u>	<u>5.667</u>
Operações sem atraso e sem impairment		
Saldo contábil	<u>2.274.429</u>	<u>1.918.680</u>
Saldo contábil total	<u>2.617.972</u>	<u>2.379.296</u>

Operações com impairment individual

A exposição do Banco ao risco de crédito das operações analisadas individualmente com imparidade é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração considera o desempenho econômico, as análises macroeconômicas e setoriais, pontualidade nos pagamentos e garantias recebidas em sua avaliação. Adicionalmente, a área de risco de crédito monitora de forma próxima os clientes e toma ações para limitar sua exposição ou reforçar as garantias quando estas operações apresentarem volatilidade econômica particular. O Banco estabelece a provisão para perda por imparidade que representa sua estimativa de despesas incorridas com as operações de créditos. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposição individual, o qual é determinado através da expectativa de recebimento desses créditos, considerando as garantias dadas ou reforçadas na data base do teste de imparidade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a provisão para perda com redução do valor recuperável dos ativos individuais com evidências de perda era no montante de R\$ 8.936 e R\$ 24.767, respectivamente.

Os valores mensuráveis das garantias envolvidas nas operações com redução ao valor recuperável são de R\$ 2.221 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.221 em 31 de dezembro de 2015)

Operações com impairment coletivo

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva para ativos não analisados individualmente, o Banco utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levam em conta os volumes de perda incorrida e o comportamento dos grupos de ativos com

características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais são ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, leva em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e pode levar a ajustes nos percentuais de perda históricos uma vez constatados que as perdas reais possuem a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a provisão para perda com redução do valor recuperável das operações com impairment coletivo era no montante de R\$ 1.312 e R\$ 1.826, respectivamente. O percentual médio de perda das operações avaliadas coletivamente é de 0,56% em 2016 (0,80% em 2015).

Operações vencidas sem impairment

Correspondem às operações de empréstimos e recebíveis, e títulos de investimento sem *impairment* (outros que não aqueles a valor justo contra resultado), cujos pagamentos dos juros contratuais ou do principal estejam atrasados até 30 dias, atraso este que a entidade não entende como uma evidência de impairment, ou créditos vencidos a mais tempo para os quais a instituição não considera apropriado o reconhecimento de perda por *impairment*, em virtude do perfil das garantias atreladas a essas operações ou do estágio da cobrança dos valores devidos ao banco pelos clientes.

Operações sem atraso e sem impairment

Correspondem basicamente a operações de empréstimos e recebíveis de instituições financeiras tais como operações compromissadas, depósitos interfinanceiros e empréstimos a recebíveis de clientes sem evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Provisões para impairment

O Banco estabelece uma provisão para perdas por impairment, sobre ativos financeiros avaliados ao custo amortizado ou classificados como disponíveis para venda, que representa sua estimativa das perdas, que poderão ser incorridas em sua carteira de empréstimos. Os principais componentes dessa provisão, são um componente de perda específica, que se refere às exposições individualmente significativas, e uma provisão coletiva para perdas em empréstimos, estabelecida para grupos de ativos homogêneos, baseado em perdas incorridas, mas não identificadas nos empréstimos sujeitos à avaliação individual de impairment. Ativos avaliados ao valor justo contra resultado são testados para fins de impairment através do processo de mensuração de seus valores justos, que leva em consideração a qualidade de crédito de cada ativo.

Para a identificação da redução ao valor recuperável, em operações individualmente significativas, são utilizados como parâmetros de evidências objetivas e deterioração do risco de crédito, tais como, a inadimplência superior a sessenta dias, aumento do risco de crédito da contraparte através de avaliação quantitativa e qualitativa efetuada pela área de risco de crédito e operações renegociadas em acompanhamento pela área de recuperação de crédito.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável deverá ser avaliada a expectativa de recuperação de crédito, considerando aspectos como, o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável.

Garantias Recebidas

O Banco Industrial detém garantias contra empréstimos e recebíveis aos clientes. A base da qualificação das garantias é julgamental e definida pelo Comitê de Crédito do Banco. O Banco não está autorizado a vender ou rerepresentar a garantia na ausência de descumprimento por parte do detentor da garantia.

Abaixo uma lista das principais garantias utilizadas como instrumentos de mitigação do risco de crédito nas operações realizadas pelo Banco Industrial:

- Duplicatas
- Aplicação financeira
- Ações e debêntures
- Cessão de contrato
- Alienação fiduciária de imóveis e veículos
- Hipoteca
- Operações garantidas pelo governo (Federal, estadual, municipal ou distrital)
- Seguros e assemelhados
- Penhor de produtos com warrant
- Penhor de veículos, imóveis, civil
- Penhor ou alienação de equipamentos ou de estoques
- Aval

A natureza, valor contábil e política da instituição para alienar ativos obtidos em pagamentos de operações de empréstimos e recebíveis estão apresentados na nota explicativa nº 10 – Ativos mantidos para venda.

Política de baixa

O Banco baixa o saldo de um empréstimo, ou título de investimento (e as respectivas provisões para perdas por *impairment* com empréstimos e títulos de investimento atrasados), quando a área de Crédito do Banco determina que os empréstimos e/ou títulos de investimento são incobráveis. Essa determinação é atingida após considerar informações tais como: a ocorrência de mudanças significativas na situação financeira do tomador/emissor, que indiquem que ele não poderá pagar a obrigação, ou que os pagamentos da garantia, serão insuficientes para pagar a exposição total.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamento entre pagamentos e recebimentos), que possam afetar a capacidade de pagamentos das empresas do conglomerado Industrial do Brasil, considerando-se as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Banco com relação ao gerenciamento do Risco de Liquidez, é assegurar o máximo possível, que o Banco terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis, ou colocar em risco seus clientes e a reputação do Banco.

O nível de liquidez é monitorado diariamente, e testes diários de estresse (stress test) são realizados, sob diferentes cenários que possam impactar na liquidez dos fluxos de caixa, e que permitam a

identificação de problemas que, de alguma forma, possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do conglomerado Industrial do Brasil.

A posição de liquidez do conglomerado Industrial do Brasil, contempla a identificação do fluxo de vencimentos das carteiras de ativos e passivos, e a tesouraria e o Comitê de Risco de Liquidez, acompanha este fluxo através de relatórios diários, e estabelece limites de caixa mínimos e de concentração de passivos, permitindo que ações prévias sejam tomadas, e seu caixa fique numa posição confortável.

Exposição ao risco de liquidez

A principal mensuração realizada pelo Banco para o gerenciamento do risco de liquidez, é o coeficiente entre a posição líquida de ativos líquidos e os depósitos de clientes. Para tal finalidade, considera-se que a posição líquida de ativos líquidos, inclui o caixa e equivalentes de caixa, e os títulos de dívida com grau de investimento, para os quais haja um mercado líquido e ativo, deduzidos de quaisquer depósitos de instituições financeiras, títulos de dívida emitidos, outros empréstimos tomados e compromissos que vençam até o fim do mês seguinte. Um cálculo similar, porém não idêntico, é utilizado para medir o atendimento, por parte do Banco, ao limite de liquidez estabelecido pelo principal regulador do Banco, o Banco Central do Brasil.

Composição de Instrumentos Financeiros por vencimento

A composição, por vencimento, dos saldos dos principais ativos e passivos financeiros na posição do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016							Total
	a vencer						Acima de 15 anos	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos		
Ativo								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	7.636	-	-	-	-	-	-	7.636
Instrumentos de dívida	-	-	5.856	16.977	12.352	2.722	-	37.908
Empréstimos e valores a receber:								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	169.157	205.039	138.402	-	-	-	-	512.598
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.470	908.102	690.429	332.310	77.841	30.315	-	2.067.466
Passivo								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos no Banco Central do Brasil								
Depósitos de instituições financeiras	2.309	53.944	38.439	15.669	2.629	89	-	113.078
Depósitos de clientes	20.948	(a) 489.406	348.742	142.154	23.856	803	-	1.025.909
Obrigações por títulos e valores mobiliários	14.437	337.285	240.343	97.969	16.441	553	-	707.027
Outros passivos financeiros	8.105	189.362	134.936	55.003	9.230	311	-	396.947
Exposição Líquida	159.464	43.144	72.227	38.494	38.036	31.282	-	382.647

(a) representado por depósitos a vista de clientes alocado em "sem vencimento", sem considerar o giro médio dos saldos.

d. Riscos de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo-se nessa definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é administrar e controlar as exposições de risco, dentro dos parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo em que o retorno sobre o risco é otimizado.

Gerenciamento de riscos de mercado

O Banco Industrial do Brasil, em atendimento à Resolução nº 3.464, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento de risco de mercado, encontra-se alinhado aos dispositivos legais do Banco Central, no que se refere às políticas, estratégias e sistemas para gerenciamento do risco de mercado.

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O nível de exposição aos riscos, é controlado pela existência de instrumentos de análise, baseados em metodologias amplamente utilizadas por grande parte das instituições do mercado financeiro nacional e internacional, além disso, o Banco Industrial do Brasil utiliza-se de limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado e acompanhado pela área de Compliance, por meio da figura de um Gestor de Risco.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de critérios estatísticos, tais como: Var, Rentabilidade e Risco de Liquidez. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

O Banco utiliza sistema eletrônico específico e contratado de empresa desenvolvedora de renome, para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado além de gerar relatórios de análises tempestivas. O trabalho é coordenado pela Área de Compliance e Riscos e as metodologias e instrumentos de referência, utilizados pela Instituição no processo de gerenciamento encontram-se divulgados através dos canais internos de comunicação.

O Banco Industrial do Brasil, em atendimento às Circulares 3.354 e 3.365, instituiu no sistema de gerenciamento de Risco de Mercado a segregação de todas as suas operações entre Carteira de Negociação e Carteira de Não-Negociação.

Ambas são definidas conforme abaixo:

- Carteira de Negociação – Considera as operações com intenção de negociação;
- Carteira de Não-Negociação – Considera as operações que o banco tem como objetivo manter até o vencimento.

Todas as operações contidas nas carteiras do Banco Industrial do Brasil são marcadas a mercado diariamente, estão sujeitas a limite, e seu acompanhamento é diário pela área de controle (Compliance), de forma global e segregada, entre carteira de Negociação (Trading) e Não-Negociação (Banking).

Exposição aos riscos de mercado – Carteira de negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado, dentro das carteiras mantidas para negociação do Banco, é o Valor em Risco (VaR-ValueatRisk). O VaR de uma carteira mantida para negociação, é a perda estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção), de um movimento adverso do mercado, com uma probabilidade específica (nível de confiança).

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco em 31 de dezembro (informações não auditadas):

	31 de Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
2016				
Risco de variação cambial	505	986	2.331	47
Risco de taxa de juros	81	83	152	17
2015				
Risco de variação cambial	1.204	907	5.761	21
Risco de taxa de juros	891	2.412	4.406	649

As limitações da metodologia VaR, são conhecidas por completar os limites de VaR, com outras estruturas de limite de posição e sensibilidade, inclusive limites para lidar com possíveis riscos de concentração, dentro de cada carteira negociável. Além disso, o Banco utiliza uma ampla gama de testes de estresse, para simular o impacto financeiro em vários cenários excepcionais de mercado, nas carteiras individuais negociadas e a posição global do Banco.

Exposição ao risco de taxa de juros – Carteiras de não negociação

O principal risco ao qual as carteiras não mantidas para negociação estão expostas, é o risco de perda decorrente das variações nos fluxos de caixa futuros, ou valores justos de instrumentos financeiros, devido a uma mudança nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros, é administrado principalmente, por meio do monitoramento de diferenças entre as taxas de juros e com base em limites pré-aprovados, para re-precificação das faixas.

O gerenciamento do risco da taxa de juros, em relação aos limites da diferença da taxa de juros, é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários padrões, e não padrões de taxas de juros.

Exposição a outros riscos de mercado – Carteiras não mantidas para negociação

O spread de risco de crédito (não relacionado a mudanças na classificação de crédito do credor/emissor), em títulos de investimento, e o risco de preço de ações, estão sujeitos ao monitoramento regular pela Área de Risco.

Análise de sensibilidade

A Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu: 1) Situação considerada provável pela administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade. 2) Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). 3) Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). (*) Percentuais definidos na Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008.

i - Quadro Demonstrativo de Posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

<u>Operação / Carteira protegida</u>	<u>Risco</u>	<u>Instrumento financeiro derivativo</u>	<u>Montante da carteira protegida</u>	<u>Posição (a)</u>
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	114.970	(106.426)	8.544
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de Juros	<u>(341.165)</u>	<u>828.501</u>	<u>487.337</u>
Total		<u>(226.195)</u>	<u>722.076</u>	<u>495.881</u>

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular Bacen nº 3.082/02.

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial Divida em Moeda Estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(64)	(1.588)	(3.175)
	Dívida (risco aumento US\$)	67	1.685	3.370
	Efeito Líquido	3	97	195
Hedge Banking PRÉ Ativo em RS	Derivativo (risco queda Selic)	20	504	1.008
	Créditos (risco aumento Selic)	(579)	(14.482)	(28.965)
	Efeito Líquido	(559)	(13.978)	(27.957)
Efeito Líquido TOTAL		(556)	(13.881)	(27.762)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
<i>Book Cambial</i>	Queda da moeda estrangeira +	8.544	3	97	195
<i>Book Pré</i>	Alta do CDI	495.638	(446)	(11.153)	(22.306)
<i>Book Índice</i>	Nulo (Pós)	99.205	Nulo	Nulo	Nulo
Efeito Líquido TOTAL		603.388	(443)	(11.056)	(22.111)

e. Risco Operacional

Definição

O Risco Operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas.

Para atenuar esse tipo de risco, o Banco Industrial adota uma estrutura para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

Gestão e Metodologia

A estrutura responsável pela centralização da gestão dos riscos operacionais, e pela disseminação da metodologia, é a área de Compliance, que conta com a participação efetiva dos agente setoriais de Compliance, que atuam nas diferentes atividades do Banco, e ajudam a promover uma cultura de conformidade e controle de risco em toda a instituição, visando o objetivo de aprimoramento e melhoria dos processos internos, e a redução de riscos operacionais.

Nesta metodologia, periodicamente, é realizado o processo de mapeamento dos riscos operacionais, através de levantamentos realizados pelo Compliance, junto às demais áreas do Banco. Estes levantamentos, consistem em entrevistas para entendimento das rotinas, controles e riscos envolvidos, os quais, por sua vez, uma vez identificados, são cadastrados em sistema específico para este fim. Adicionalmente, as áreas realizam testes de auto-avaliações das atividades e processos, que incluem a avaliação da eficácia dos controles, e a sugestão de planos de ação, para mitigar os riscos de controles a serem melhorados.

O Banco atualmente emprega o modelo de alocação de capital denominado Metodologia do Indicador Básico (BIA).

39. Convergência do padrão contábil às normas internacionais de contabilidade (IFRS)

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo (valores em R\$).

Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente consolidados do Banco Industrial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	2016 Resultado	2016 PL	2015 Resultado	2015 PL
Demonstração Financeira BRGAAP	47.929.370	501.049.700	46.738.610	488.702.678
Taxa efetiva de juros	(346.548)	-	(566.952)	346.548
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	724.831	10.230.690	5.232.688	9.505.859
Mudança em taxas de conversão Moeda Estrangeira	(3.653.471)	(4.191.222)	(519.026)	(537.751)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.008.101	(2.717.761)	(1.658.684)	(3.725.862)
Demonstração Financeira IFRS	45.662.283	504.371.408	49.226.636	494.291.473

Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao Banco Industrial em conformidade com o BRGAAP que diferem significativamente do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

a. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, de acordo com norma específica do Conselho Monetário Nacional. De acordo com essa regulamentação, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável e perdas por redução ao valor recuperável ocorreram se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

Deve-se primeiro avaliar individualmente se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente e individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda por redução ao valor recuperável é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

Para ativos individualmente significativos, a perda por redução ao valor recuperável é mensurada com a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b. Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros

De acordo com o BRGAAP, as receitas com tarifas cobradas de clientes que constituam receita efetiva devem ser reconhecidas no resultado do exercício a que se referem. De acordo com o IAS 18, o reconhecimento de receita para taxas de serviços financeiros depende das finalidades para as quais as taxas são fixadas e a base contábil de qualquer instrumento associado. As taxas que são integrantes da Taxa Efetiva de Juros incluem basicamente tarifas / comissões de originação recebidas pela entidade pela geração de ativos financeiros não classificados na categoria "valor justo através do resultado".

A diferença entre a apropriação de juros pela taxa contratual (BRGAAP) e pela taxa efetiva de juros (IFRS) gera ajuste de critério contábil.

c. Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade (Real) por meio da utilização da cotação "PTAX 800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do Banco Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

As diferenças entre as taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira geraram ajuste de critério contábil.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre os Ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

40. Eventos subsequentes

A administração do Banco declara que não tem conhecimento de outros eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração
Banco Industrial do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8.C, o Banco Industrial do Brasil revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações (*impairment*), que totaliza o valor de R\$ 10.338 mil em 31 de dezembro de 2016. A determinação do *impairment* de empréstimos e adiantamentos é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre garantias.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à aprovação e registro dos empréstimos e adiantamentos, à avaliação das metodologias, índices e premissas utilizados pelo Banco Industrial do Brasil no cálculo de *impairment* coletivo e às avaliações da adequação do *impairment* para empréstimos e adiantamentos analisados individualmente. Com base em uma amostra, avaliamos o *impairment* de empréstimos e adiantamentos considerados individualmente, inspecionamos as documentações e as premissas que suportam a decisão do Banco Industrial do Brasil quanto ao valor recuperável das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias. Nós também testamos a suficiência dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco Industrial do Brasil para mensurar as perdas por *impairment* das carteiras de empréstimos e adiantamentos avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas incorridas mas não identificadas. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 8.C, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse sentido, não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.**
- **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.**
- **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.**
- **Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.**
- **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.**
- **Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.**

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do

semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2